



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 54/XII/ 1.ª SL

Aos 29 dias do mês de Fevereiro de 2012, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 11 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 52/XII e 53/XII (reuniões de 21 e 22 de fevereiro de 2012);
2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS para audição do Presidente da Direção da Associação Automóvel de Portugal, sobre a situação do sector automóvel;
3. Apreciação e votação do requerimento do GT – TAMA para prorrogação do mandato do GT
4. Apreciação e votação do parecer sobre a Conta Geral do Estado 2010  
Relator: Deputado Afonso Oliveira (PSD);
5. Apreciação e votação do parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 169/XII/1.ª (PS) –  
Procede à primeira alteração ao Decreto-lei n.º 136/2006, de 26 de julho, que estabelece os princípios de utilização nos veículos automóveis ligeiros e pesados de gases de petróleo liquefeito, designados por GPL  
Relator: Deputado Nuno Matias (PSD)
6. Fixação da redação final relativa aos Projetos de Resolução n.ºs 154/XII/1.ª, 172/XII/1.ª e 178/XII/1.ª – Linha do Vouga
7. Petição n.º 97/XII/1.ª – Solicitam a imediata reposição dos passes escolares e o cumprimento do direito de todos os jovens à mobilidade e acesso a transportes públicos  
Apreciação e votação da nota de admissibilidade  
Nomeação de relator (cabe ao PSD)
8. Outros assuntos.

---

**1. Apreciação e votação das atas n.ºs 52/XII e 53/XII (reuniões de 21 e 22 de fevereiro de 2012);**

Submetidas à apreciação, as atas n.ºs 52/XII/1.ª e 53/XII/1.ª, relativas às reuniões de 21 e 22 de fevereiro de 2012, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

**2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS para audição do Presidente da Direção da Associação Automóvel de Portugal, sobre a situação do sector automóvel;**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 54/XII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS) usou da palavra para apresentar o requerimento. Defendeu que as audições sobre a situação do sector automóvel não deverão ficar pela ACAP e que surgirão outras entidades para ouvir. Em sua opinião, esta audição deve decorrer no plenário da Comissão, tendo em consideração o impacto do sector automóvel na economia, em particular nas exportações. Defendeu ainda que as entidades a ouvir sobre a situação no sector da construção civil, na sequência do requerimento do PCP e nos termos acordados na reunião em que foi debatido, deveria transitar também para a Comissão, tendo em consideração que se trata de um sector determinante para a economia.

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) informou que o PSD não tinha objecção à audição proposta e lembrou o consenso gerado para enviar para o GT Audiências as audições sobre a construção civil, as quais já estão agendadas para dia 6 de março. Levantou a questão da dualidade de critérios quanto às audições.

Pelo Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) foi afirmado nada haver a opor ao requerimento do PS e que a Comissão e o sector automóvel ficariam a ganhar em ser ouvida também a CIP. Considerou necessário consensualizar o critério para definir quais as audições que são feitas em comissão e as que são feitas em GT. Sugeriu que fosse feita uma reunião da Mesa com os coordenadores para definir esses critérios.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) concordou com o requerimento do PS e considerou que, mais importante do que discutir onde vão ser ouvidas é ouvir as entidades. Defendeu também a existência de um critério único para essa definição de onde são ouvidas as entidades. Referiu que, no sector automóvel, deveria ser ouvidos também a ARAN, a AFIA e a FEQUIMETAL. Quanto às audições sobre o sector da construção civil, referiu que tinha ficado com a ideia de que haveria outras propostas para audições.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS), para concordar com as sugestões apresentadas para outras audições. Quanto aos critérios para definir onde são feitas as audições, terá de ser pensado. Lembrou que o GT Audiências em primeiro lugar responde às solicitações da sociedade civil, e que faz sentido dividir as audições entre Comissão e GT Audiências consoantes as entidades sejam de âmbito nacional ou regional.

O Senhor Presidente sugeriu então submeter o requerimento do PS à votação e agendar uma reunião de Mesa e coordenadores para definir o critério de realização de audições.

Submetido à votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

### **3. Apreciação e votação do requerimento do GT – TAMA para prorrogação do mandato do GT**

A Senhora Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD) usou da palavra, em nome do Grupo de Trabalho, para apresentar o requerimento de prorrogação do prazo de duração do Grupo de Trabalho por mais 60 dias.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 54/XII/ 1.ª SL

O Senhor Presidente lembrou que estes grupos de trabalho seguem uma filosofia de rapidez e eficiência, para que depois possam surgir outros grupos de trabalho, e que o prazo de duração é sempre contado apenas a partir da primeira reunião efetiva do GR, tendo proposto que o prolongamento dos trabalhos do GT fosse por apenas mais 15 dias, à semelhança do que já tinha acontecido com outro.

Pelo Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) foram reiteradas anteriores afirmações que já tinha feito sobre a matéria, tendo reticências em prolongar o prazo do GT quando há outros que estão à espera que estes concluam os seus trabalhos para serem criados. Questionou o facto de o GT não ter trazido ainda à Comissão o seu plano de atividades e que a prorrogação do prazo deste GT só deve ser ponderada depois de a Comissão conhecer o seu plano de atividades.

Tornou a usar da palavra a Senhora Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD), para concordar com a proposta de prorrogação do prazo por mais 15 dias, devendo o coordenador do GT dar conta do que foi feito e do plano de atividades.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) lembrou que o coordenador do GT solicitou a prorrogação do prazo porque o GT tinha começado a trabalhar mais tarde, uma vez que alguns grupos parlamentares faltaram às reuniões marcadas, e que a própria Comissão tinha alterado o âmbito do GT, alargando o seu objeto. Aceita uma não prorrogação do prazo se até ao final do prazo estabelecido se verificar que isso não é necessário, mas para tal o GT precisa de começar a trabalhar de forma mais célere, o que pode não ser fácil se os grupos parlamentares com menor representação não conseguirem estar presentes nas reuniões.

Pelo Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) foi afirmado que havia um conjunto de audições a fazer e que tinha havido uma série de obstáculos que travaram os trabalhos, nomeadamente a audiência do armador Neviera Armas, que não foi realizada por vontade do próprio armador. Afirmou ainda não ter objeções à prorrogação do prazo do GT por mais 15 dias e defendeu que há matérias que devem ser dirimidas em sede de GT e não de Comissão.

O Senhor Presidente encerrou a discussão, afirmando que não iria submeter o requerimento a votação e iria tentar dirimir a situação em sede de reunião de coordenadores e de reunião do GT.

#### **4. Apreciação e votação do parecer sobre a Conta Geral do Estado 2010**

**Relator: Deputado Afonso Oliveira (PSD);**

Pelo Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD) foi apresentado o parecer sobre a Conta Geral do Estado 2010.

Usou da palavra o Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS), para informar que o seu grupo parlamentar não tinha observações a fazer na generalidade ao relatório. Afirmou que se percebia perfeitamente no relatório que em 2009 houve um abrandamento na economia de todos os Estados da UE, mas podia ter ficado expresso que as medidas tomadas por Portugal nessa altura eram semelhantes às tomadas nos outros Estados da UE. Referiu que no futuro seria feita a avaliação sobre se as opções políticas da UE de retirar abruptamente um conjunto



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 54/XII/ 1.ª SL

de apoios que existiam em 2009 foram corretas ou não. Solicitou que o ponto 29 fosse retirado da Parte I do parecer e fosse integrado na Parte II (Opinião do autor do parecer), por considerar que a melhoria registada em 2009 no prazo médio de pagamentos das administrações públicas se deveu ao facto de se tratar de um ano de eleições. Finalmente, comentou que o montante do desvio verificado nas parcerias público-privadas, de que se faz menção na opinião do autor do parecer, se deve a reequilíbrios financeiros que vêm de trás, de 2002 a 2004.

Também o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) usou da palavra, para cumprimentar o relator e concordar com o conteúdo do parecer.

Pelo Senhor Deputado Paulo Campos (PS) foi realçado o facto de, quanto ao referido desvio nas parcerias público-privadas, o parecer não referia a Conta Geral do Estado mas sim o parecer da UTAO. Lembrou que o desvio se deveu ao reequilíbrio que foi necessário fazer, devido a factos ocorridos entre 2002 e 2004, quando foram feitas alterações num determinado contrato de concessão gerando um conjunto de encargos por causa da alteração de um projeto para satisfazer os interesses eleitorais do então candidato do PSD por Aveiro e pelo atraso na implementação das portagens nas SCUT.

O Senhor Deputado Luís Menezes (PSD) respondeu a esta intervenção, achando deselegantes as afirmações proferidas e recordando que o atraso na implementação de portagens nas SCUT teve origem numa apreciação parlamentar que se justificava porque o anterior Governo queria fazer distinção entre os portugueses e os não portugueses.

Finalmente, o Senhor Deputado Afonso Oliveira (PS) concluiu a discussão, informando que, quanto ao ponto 29 do parecer, entendia que fazia sentido mantê-lo na Parte I do parecer, mas retiraria a referência “ano de eleições” associada a 2009.

Submetido à votação, foram as Partes I e III do parecer aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

**5. Apreciação e votação do parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 169/XII/1.ª (PS) –  
Procede à primeira alteração ao Decreto-lei n.º 136/2006, de 26 de julho, que  
estabelece os princípios de utilização nos veículos automóveis ligeiros e  
pesados de gases de petróleo liquefeito, designados por GPL**

**Relator: Deputado Nuno Matias (PSD)**

Pelo Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) foi apresentado, de forma sucinta, o parecer sobre o projeto de lei n.º 169/XII/1.ª.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) usou da palavra para cumprimentar o relator.

Submetido à votação, foram as partes I e III do parecer aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

**6. Fixação da redação final relativa aos Projetos de Resolução n.ºs 154/XII/1.ª,  
172/XII/1.ª e 178/XII/1.ª – Linha do Vouga**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 54/XII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) informou que os grupos parlamentares subscritores dos projetos de resolução em causa tinham acabado de chegar a acordo num texto de unificação das resoluções aprovadas, pelo que solicitava o adiamento para a reunião ordinária seguinte desta questão, para haver tempo de consolidar o texto e distribuir por todos os Deputados da Comissão com tempo.

#### **7. Petição n.º 97/XII/1.ª – Solicitam a imediata reposição dos passes escolares e o cumprimento do direito de todos os jovens à mobilidade e acesso a transportes públicos**

##### **Apreciação e votação da nota de admissibilidade Nomeação de relator (cabe ao PSD)**

A nota de admissibilidade da Petição n.º 97/XII/1.ª foi aprovada por unanimidade. Foi nomeada relatora a Senhora Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar.

#### **8. Outros assuntos.**

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) perguntou se se mantinha a audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego, no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento, que está agendada para o dia 7 de março, considerando que nessa tarde há debate quinzenal com o Primeiro-Ministro.

O Senhor Presidente respondeu que essa audição faz parte do calendário acordado no início da sessão legislativa, mas se os Deputados entendiam que fazia sentido, neste caso concreto, adiar a audição, procederia às diligências necessárias.

Finalmente, o Senhor Presidente informou que, na sequência de um pedido do PCP, iria solicitar um parecer à 1.ª Comissão em relação à PPL 41/XII, devido a algumas soluções legais aí consagradas que levantavam algumas dúvidas.

A reunião foi encerrada às 12:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 02 de março de 2012.

**O PRESIDENTE**

**(LUÍS CAMPOS FERREIRA)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 54/XII/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira  
Agostinho Lopes  
Ana Paula Vitorino  
Carina Oliveira  
Catarina Martins  
Cláudia Monteiro de Aguiar  
Duarte Cordeiro  
Eduardo Teixeira  
Fernando Jesus  
Fernando Serrasqueiro  
Helder Amaral  
João Paulo Viegas  
Luís Campos Ferreira  
Luís Leite Ramos  
Luís Menezes  
Nuno Encarnação  
Nuno Filipe Matias  
Paulo Ribeiro de Campos  
Pedro Pinto  
Rui Paulo Figueiredo  
Afonso Oliveira  
Cristóvão Crespo  
Jorge Fão  
Nuno Serra  
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia  
Hortense Martins  
Pedro Saraiva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: